



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.
Sub-eixo: Ênfase em Gênero.

O TRABALHO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS: SISTEMATIZAÇÃO DE OFICINAS COM FAMÍLIAS SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO

Rosicler Lemos da Silva¹
Fernanda Vieira Costa²

Resumo: Este texto retrata o trabalho profissional do/a Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do estado de São Paulo. Objetiva sistematizar o desenvolvimento de um ciclo de Oficinas com Famílias, cujo público-alvo foram mulheres, e, por meio da utilização de recursos lúdicos e dinâmicos, foi possível refletir sobre as relações de gênero.

Palavras-chave: Serviço Social; Trabalho Profissional; CRAS; Oficinas com Famílias; Relações de Gênero.

Abstract: This text portrays the professional work of the Social Worker in the Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) of a São Paulo state's municipality. It aims to systematize the development of a cycle of workshops with families, whose target audience were women, and through the use of playful and dynamic resources, it was possible to reflect about gender relations.

Keywords: Social Work; Professional Work; CRAS; Workshops with families; Gender relations.

INTRODUÇÃO

O presente artigo abordará o trabalho profissional do/a Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), situado em um município de grande porte do interior do estado de São Paulo.

Este texto pretende trazer contribuições para o exercício profissional ao socializar o desenvolvimento de Oficinas com Famílias, uma das ações previstas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF). As autoras identificaram a demanda pela discussão das relações de gênero junto às mulheres atendidas e recorreram a recursos lúdicos e criativos, que propiciaram melhor alcance dos resultados estabelecidos, bem como

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Paulista. E-mail:<rosiclerls@yahoo.com.br>.

² Profissional de Serviço Social. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. -mail:<rosiclerls@yahoo.com.br>.

facilitaram a compreensão e participação do público-alvo nas discussões realizadas.

Em relação à metodologia de construção deste artigo, por se tratar de sistematização da prática, foram consultados os relatórios das Oficinas desenvolvidas no período de junho a novembro de 2016. Também utilizou-se pesquisa bibliográfica de referenciais teóricos sobre o Serviço Social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e relações de gênero. Em respeito às normas éticas em pesquisa, este estudo não expõe informações pessoais das participantes e da instituição onde o trabalho foi realizado. Dessa forma, elucidaremos o contexto em que se deu a experiência com Oficinas, bem como o seu desenvolvimento, abordando, especialmente, o objetivo, a metodologia e os desdobramentos de cada encontro. Concluímos não apenas socializando os resultados desta experiência, mas também articulando-os com aspectos da prática profissional.

O percurso de implementação de Oficinas com Famílias sobre relações de gênero

As Oficinas com Famílias consistem na realização de encontros temáticos previamente organizados e conduzidos por profissionais de nível superior do CRAS, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias, por meio de seus responsáveis ou outros membros. O caderno de Orientações Técnicas (BRASIL, 2012) traz vários subsídios para o desenvolvimento desta ação, que vão desde o planejamento - que envolve a definição do tema, o número de participantes e espaço físico, até o convite das famílias, a execução, o registro e a avaliação dos encontros.

Todavia, cumpre destacar que a lógica que norteava o trabalho com famílias na maioria dos CRAS do município, ainda se dava na perspectiva das condicionalidades dos programas de transferência de renda, ou seja, a participação das famílias beneficiárias nas chamadas reuniões socioeducativas era obrigatória e as ações do PAIF não haviam sido implementadas conforme as orientações técnicas.

No ano de 2013, a gestão municipal iniciou um processo de reordenamento de todos os serviços socioassistenciais, concomitante à oferta de formação continuada aos/às gestores/as e trabalhadores/as do SUAS. As equipes foram desafiadas a ressignificar os objetivos do trabalho e a concepção da participação das famílias enquanto um direito e não mais uma condicionalidade, articulando a integração entre serviços, benefícios e transferência de renda e a apropriação teórico e metodológica das ações do PAIF. Mais que meras mudanças de concepções e práticas, este movimento engendrado pelo processo de reordenamento exigiu comprometimento ético-político para com a qualificação e o direcionamento do trabalho.

Durante um dos encontros formativos, a equipe do CRAS do qual as autoras faziam parte, foi incentivada a dar início ao desenvolvimento de Oficinas com Famílias. Para tal, foi preciso definir inicialmente, a temática dos encontros, tendo por pressuposto o conhecimento das demandas presentes no território.

Historicamente, mulheres compõem o público majoritário da Política de Assistência Social. Esse retrato é proveniente de fatores estruturais, dentre eles a herança patriarcal, em que o homem ainda é tido como provedor e a mulher como a cuidadora familiar, sendo comum ser delegada a elas a função de “buscar ajuda”, além de uma crescente predominância das famílias monoparentais femininas dentre os diversos arranjos familiares. A percepção empírica das profissionais, apontou, ainda, que, na maioria das famílias atendidas, essas mulheres encontravam-se sobrecarregadas com o acúmulo de responsabilidade e a desigualdade na divisão de tarefas, além de estarem em condições menos favoráveis para a superação das vulnerabilidades vivenciadas ao serem submetidas a situações de violações diversas, seja no âmbito intrafamiliar, seja no estrutural, determinado pelas relações socialmente construídas.

Identificada essa demanda, a equipe se deparou com a necessidade de buscar aporte teórico a fim de desconstruir noções do senso comum e fundamentar a desigualdade de gênero enquanto uma expressão da questão

social, perpassada por determinantes históricos, sociais, culturais e econômicos. Nesse sentido, as estagiárias supervisionadas de Serviço Social contribuíram para a aproximação das assistentes sociais com tais temáticas e bandeiras de luta de alguns movimentos sociais.

A partir de autoras, como Heleieth Saffioti (1997) e Mirla Cisne (2013), compreendemos que há várias “gramáticas” ou um “conjunto de regras” que determinam a hierarquização dentro das sociedades humanas e a construção de papéis sociais, dentre elas, a gramática sexual ou de gênero. Entendemos, ainda, que as relações de gênero encontram-se atreladas à categoria classe social: “a classe operária tem dois sexos” (SOUZA-LOBO, 2011 apud CISNE, 2013, p.44).

Ciclo de oficinas: processo de desenvolvimento e análise

Considerando a capacidade operacional da equipe, haja vista o número reduzido de profissionais, pactuou-se pela realização de uma oficina mensal a partir do mês de junho de 2016. Duas assistentes sociais, a monitora e as estagiárias de Serviço Social, estiveram envolvidas no planejamento, execução e avaliação dos encontros. As reuniões de planejamento eram registradas em relatórios e tinham por objetivo a definição do tema, do público-alvo da Oficina e da metodologia do encontro, incluindo atividades específicas para o público infantil, que eram executadas pela monitora.

Desde o início do processo, a equipe se mobilizou na busca de estratégias para atingir a participação das famílias. A elaboração dos convites foi um diferencial nesse sentido, envolvendo títulos e formatos atrativos (vide figuras abaixo). A abordagem, sempre que possível, era realizada pessoalmente, além de contatos telefônicos nos dias antecedentes aos encontros, visando mostrar a importância da participação.

Figura 1 - Convite da oficina “Batom, café e prosa”



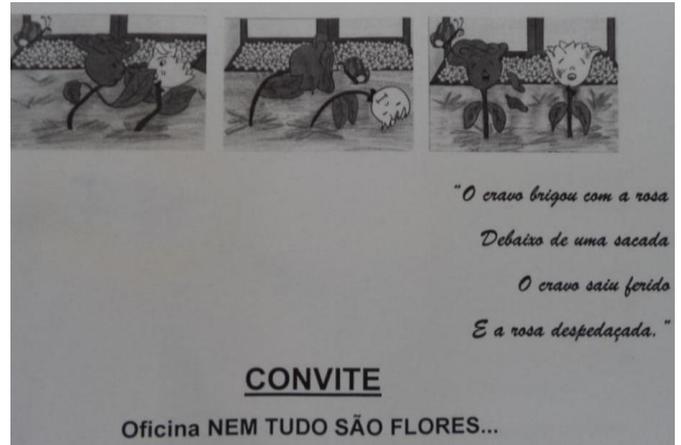
Fonte: Arquivo pessoal

Figura 3 - Convite da oficina “Nem tudo são flores”



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 2 - Convite da oficina “Nem tudo são flores”



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 4 - convite da oficina “Cine CRAS”



Fonte: Arquivo pessoal

Atingida a adesão das famílias ao convite, foi preciso formatar os encontros de modo a torná-los atrativos, interativos e que os diferenciassse das antigas reuniões socioeducativas desenvolvidas no CRAS. A equipe visou proporcionar um ambiente acolhedor, através da decoração da sala com objetos confeccionados especialmente para as oficinas, exposição de frases e execução de músicas relacionadas ao tema dos encontros.

Em relação ao desenvolvimento, foi privilegiado o uso de metodologias lúdicas conforme os objetivos de cada encontro. Sobre o papel dos/as profissionais na execução desta ação, destaca-se que

Um elemento fundamental para a realização de oficinas com famílias relaciona-se à capacidade dos técnicos para desenvolver um ambiente acolhedor, dialógico e democrático, no qual os participantes sintam-se à vontade para expor suas opiniões e anseios. Os profissionais precisam aprimorar suas habilidades de comunicação e compreender o ritmo de cada membro da oficina. (BRASIL, 2012, p.27).

No caso específico do Serviço Social, é imprescindível problematizar a dimensão técnico-operativa da profissão, “que envolve um conjunto de estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação, que efetivam o trabalho profissional, e que expressam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética” (SANTOS, 2013, p.26). Contudo, conforme apontado por Yolanda Guerra, esta dimensão por vezes ainda é negligenciada em relação às demais (teórico-metodológica e ético-política), principalmente durante a formação profissional e no âmbito da produção de conhecimento, o que, conseqüentemente, tem rebatimentos na prática.

[...] temos vivenciado o total descaso e abandono da discussão sobre a questão da instrumentalidade, da racionalidade da técnica, do alcance na utilização de instrumentos, estratégias e táticas de natureza técnica e política. Ao negligenciar a técnica e não dimensionar adequadamente o lugar, o papel e o alcance do instrumental técnico-operativo no contexto do projeto ético-político profissional corre-se o risco de o assistente social não realizar as suas competências em responder às demandas que a sociedade lhe coloca por absoluta falta de conhecimento dos meios e mediações a serem mobilizadas para tal. (GUERRA, [201-], p.21).

Apesar das Oficinas serem abertas e o público rotativo, à medida que as participantes foram se vinculando entre si e com as profissionais, foi identificada a necessidade de se mediar a construção de princípios de convivência, dialogando conjuntamente sobre o sigilo acerca das experiências e vivências compartilhadas e o respeito à diversidade de opiniões, bem como em relação à garantia de espaço para que todas pudessem se expressar, o que demandou o desenvolvimento da capacidade de condução de processos grupais, cujo elemento ainda é inserido de maneira insuficiente durante a formação em Serviço Social.

Nesse sentido, um dos aspectos dificultadores foi a ausência de um/uma profissional de Psicologia na equipe, visto que a mediação em grupo exige um amplo leque de competências interdisciplinares, sobretudo ao lidar com questões que perpassam o subjetivo dos indivíduos e famílias, suas histórias de vida e o sofrimento causado pela vivência de vulnerabilidades e violação de direitos. O caderno de Orientações Técnicas (BRASIL, 2012) dispõe sobre os/as profissionais responsáveis pela condução das Oficinas com Famílias, indicando a dupla composta por assistente social e psicólogo/a.

Finalmente, apontamos a experimentação de diferentes métodos de avaliação dos encontros pelas participantes, visando obter uma devolutiva quanto ao impacto do tema sobre suas percepções e relações cotidianas e também em relação à metodologia de desenvolvimento dos encontros. Elas eram estimuladas a expressar-se verbalmente e de forma escrita, através de instrumentais criados pela equipe, buscando envolvê-las enquanto sujeitos centrais da ação. Destacamos algumas das avaliações das participantes ao final da Oficina “Despertar”, que foi o último encontro do ciclo:

O que você mais gostou? Participante 1: “De ouvir as opiniões, vê que não sou eu tenho aquele tipo de problema e me da força ouvindo as pessoas.”; Participante 2: “Do filme das Antônias. Não existe nada que nos impeça dos nossos ideais, apesar dos obstáculos”; Participante 3: “Eu gostei de todas as sugestões que falaram sobre a lei Maria penha e sobre a mulher guerreira.”; Participante 4: “A troca de experiências informações, isso nos ajuda a ver cada caso de todos os ângulos, de uma maneira mais abrangente.”; Participante 5: “Dos assuntos que me ajudaram a ver que não sou tão insignificante como eu pensava que fosse”.

O que você não gostou? Participante A: “Quando os outros da risadas dos problemas dos outros.”; Participante B: “De acabar tão cedo, deveria ter mais ao longo do horário.”; Participante C: “Que não veio muita gente.”; Participante D: “Eu acho que as mulheres tem que todas dar sua opinião e todas falaram as verdades.”; Participante E: “De não conseguir me interagir como gostaria. Gostaria de se mais desinibida e falar mais.”; Participante F: “Vamos ser mais objetivas ao determinar cada tema”.

Sendo assim, no período de junho a novembro de 2016, a equipe do CRAS realizou seis oficinas:

I. Oficina “Batom, café e prosa”

-Objetivo: Por ser a primeira oficina, buscou-se acolher e identificar as principais demandas das participantes, despertando o sentimento de pertença coletiva e o início da reflexão sobre a questão de gênero a partir de seus relatos cotidianos.

- Metodologia: Realizada dinâmica em que foi passada entre as participantes uma caixa contendo um espelho em seu interior, para que elas olhassem e relatassem o que viam. Após reflexão sobre a dinâmica, discutiu-se sobre os padrões de beleza construídos socialmente, desigualdade de gênero e sobrecarga da mulher, papéis sociais do homem e da mulher, entre outros. Finalizou-se com o primeiro episódio do seriado “Antônia” (2006).

- Resultados: As participantes se identificaram com a temática e perceberam que se trata de uma vivência coletiva. Evidenciou-se a necessidade de aprofundar o debate sobre desigualdade de gênero e papéis sociais.

- Quantidade de participantes: 22 mulheres e 18 crianças.

II. Oficina “Tudo eu”

- Objetivo: Partindo das vivências compartilhadas no encontro anterior, focou-se em discutir sobre os papéis socialmente construídos e alternativas para minimizar a sobrecarga das mulheres no âmbito familiar e comunitário.

- Metodologia: Desenvolvida gincana em que as participantes foram divididas em dois grupos, sendo que um representou os homens e o outro as mulheres. Tiveram um minuto para pegar figuras que estavam dispostas no chão de acordo com o seu papel social, ganhando a competição o grupo que pegasse mais figuras. Exibiu-se o vídeo “O sonho impossível?” (1983) e as participantes permaneceram em subgrupos para reflexão sobre o mesmo. Após retornarem para o coletivo, foram analisadas as figuras que elas atribuíram como papel de homem e de mulher, sendo realizadas discussões sobre o gênero enquanto construção social. A oficina foi finalizada com a identificação de possíveis alternativas para diminuir a sobrecarga da mulher em relação aos afazeres do lar e cuidados com os filhos.

- Resultados: As participantes apresentaram importantes questionamentos, trocaram experiências e expuseram situações de violência intrafamiliar. Avaliou-se que o objetivo foi atingido, sendo possível provocar a compreensão e reflexão

sobre a desigualdade proveniente das relações de gênero e seus rebatimentos no cotidiano, bem como a reprodução destas relações. Identificada a necessidade de ofertar uma oficina sobre violência contra a mulher, a equipe articulou com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para realizar conjuntamente a referida ação.

- Quantidade de participantes: 17 mulheres e 10 crianças.

III. Oficina “Cine CRAS”

- Objetivo: Enquanto a oficina em conjunto com o CREAS era planejada, optamos pela exibição do filme “A cor púrpura”, do diretor Steven Spielberg (1985), visando retomar as temáticas já abordadas e introduzir a questão da violência contra a mulher.

- Metodologia: Após a exibição do filme realizou-se roda de conversa, sendo levantado pelas mulheres questões sobre racismo, machismo, desigualdade social e de gênero, padrões de beleza e violência contra a mulher.

- Resultados: O recurso cinematográfico em tela proporcionou a reflexão sobre as relações entre as categorias gênero, classe social e étnico-racial e estimulou debates entre as participantes que deram visibilidade ao alto índice de violência contra a mulher.

- Quantidade de participantes: 08 mulheres e 03 crianças.

IV. Oficina “Nem tudo são flores”

- Objetivo: Esta oficina foi planejada e executada em conjunto com profissionais do CREAS no intuito de refletir sobre a Lei Maria da Penha, os tipos de violência contra a mulher e as formas de enfrentamento à violência de gênero, enquanto uma opressão de caráter coletivo.

- Metodologia: Iniciou-se com a entrega de pétalas de rosas (confeccionadas com E.V.A.) para as participantes que foram divididas em três grupos e cada um dramatizou um tipo de violência (física, psicológica/moral e simbólica) com base no método do Teatro do Oprimido³. Em seguida, contou-se a história de Maria

³ Desenvolvido por Augusto Boal, “o Teatro do Oprimido não é um método de puro entretenimento; propõe-se a transformação da realidade, o que pressupõe a ativação das pessoas, seu posicionamento crítico, com enfrentamento das situações de opressão e injustiça social.” (MARQUES, 2012, p.34)

da Pena e foram divulgados os serviços existentes no município para atendimento à mulher vítima de violência. Posteriormente, as participantes foram novamente divididas em três grupos para reflexão sobre a dinâmica inicial, as informações obtidas e compartilhamento de vivências, sendo que em todos os grupos ocorreram relatos de situações de violência doméstica. A oficina foi finalizada com a apresentação da música “Flores” dos Titãs, enquanto as participantes anexaram as pétalas em uma bola de isopor formando uma flor, sendo refletido brevemente sobre a importância do fortalecimento individual e coletivo para o combate à violência contra a mulher.

- Resultados: Avaliou-se que foi possível socializar informações sobre a Lei Maria da Pena e os serviços de atendimento e proteção às mulheres vítimas de violência. Identificou-se, ainda, que um número expressivo das mulheres presentes já havia sofrido algum tipo de violência. A fala de algumas participantes culpabilizando a vítima causou desconforto entre o grupo e apontou a necessidade de aprofundar o debate sobre as raízes da violência e trabalhar princípios de convivência em espaços coletivos.

- Quantidade de participantes: 21 mulheres e 10 crianças.

V. Oficina “Mulher não gosta de apanhar”

- Objetivo: Dando seguimento à temática da violência contra a mulher, esta oficina visou refletir sobre os recursos internos/subjetivos e externos/objetivos necessários para identificação da violação e seu enfrentamento e/ou superação de forma a desmistificar a culpabilização da vítima. Também objetivou-se construir coletivamente os princípios de convivência do grupo.

- Metodologia: Realizado contrato de convivência em que foi pactuado o dia e horário das oficinas, sigilo quanto aos relatos de vivências, respeito ao momento de fala de cada uma, diversidade de opiniões e crenças e até mesmo sobre a oferta do lanche ao final dos encontros. Em seguida, foi proposta uma dinâmica na qual as mulheres foram divididas em três grupos, anexou-se uma figura nas costas de uma participante de cada grupo, sendo que esta deveria adivinhar qual era a figura, podendo contar com o apoio da demais integrantes da seguinte forma: figura da flor - grupo podia auxiliar fazendo mímica; figura da boca -

grupo poderia responder somente sim ou não às perguntas que a pessoa fizesse; figura do batom - grupo poderia dar dicas mais específicas. Após esse momento, refletiu-se que nem sempre a mulher vítima de violência possui clareza da situação e pode estar condicionada por fatores internos e/ou externos que limitam sua tomada de consciência. Posteriormente, ainda divididas em três grupos, uma participante de cada grupo teve que reproduzir as figuras através de desenho, também podendo contar com o apoio das demais, conforme as seguintes regras: figura da flor – a pessoa ficou com os olhos vendados e o grupo a auxiliou apenas verbalmente; figura da boca – a pessoa ficou com uma das mãos amarradas nas costas, o grupo contribuiu segurando o papel e conduzindo a mão dela durante o desenho; figura do batom – o grupo pôde contribuir livremente para a execução do desenho. Também foi exibido o vídeo “Ajuda-me, não sei se posso esperar até amanhã” (201-).

- Resultados: Estimuladas pela dinâmica, as participantes expuseram suas percepções sobre o tema e refletiram quanto à existência e importância da rede de apoio para que a mulher possa enfrentar a situação de violência doméstica. Algumas participantes relataram como se sentiram quando sofreram violência doméstica, o que causou grande impacto e sensibilização do coletivo. Avaliou-se que o grupo havia constituído uma relação de afinidade e pertencimento e que a proposta de realização de oficinas, conforme previsto nos cadernos de Orientações Técnicas, não seria suficiente para trabalhar de forma sistemática as demandas coletivas e outras vulnerabilidades em comum, sendo mais indicado que a equipe investisse em outra ação do PAIF: o Acompanhamento Familiar Grupal (AFG).

- Quantidade de participantes: 18 mulheres e 10 crianças.

VI. Oficina “Despertar”

- Objetivo: Mobilizar as participantes quanto a noções de protagonismo, empoderamento individual e coletivo e propor a realização do AFG.

- Metodologia: As participantes realizaram movimentos de alongamento e relaxamento sendo refletido sobre o despertar, a consciência corporal e o empoderamento do próprio corpo. Depois, elas realizaram movimentos para

relaxar e trabalhar a concentração, equilíbrio e postura, sendo também refletido sobre submissão, necessidade de se movimentar e se fortalecer. Por fim, elas realizaram movimentos livres discutindo sobre a importância e a força do coletivo. Exibiu-se um vídeo contendo as fotos e convites das oficinas anteriores, fotos reais do cotidiano de mulheres e a música de abertura do seriado “Antônia” (2006). Após, apresentou-se as ações do PAIF com ênfase no AFG. As participantes leram tarjetas sobre o objetivo desta ação, identificaram que possuíam demandas em comum e vivenciavam situações de vulnerabilidade semelhantes, concluindo que gostariam de participar do acompanhamento em grupo.

- Resultados: Encerramento do ciclo de oficinas sobre gênero e início do AFG.
- Quantidade de participantes: 11 mulheres e 09 crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história da profissão, a assistência social constituiu-se como campo de atuação para o Serviço Social. Todavia, diversos fatores, como a demanda maior do que a capacidade operacional, os valores e exigências institucionais, ausência de capacitações profissionais crença na dicotomia “teoria e prática”, entre outros, contribuíram para que a profissão adquirisse um sentido tarefeiro, com intervenções formais e burocráticas.

Para Yamamoto (2001, p. 20),

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

Neste sentido, juntamente com a implementação do SUAS, surge para o/a assistente social a necessidade e o desafio de desenvolver novas práticas, de se repensar e reinventar o fazer profissional. O desenvolvimento de Oficinas com Famílias enquanto ação que compõe o PAIF e não mais como condição obrigatória para participação em Programas de Transferência de Renda, reafirma o sentido da política pública de Assistência Social enquanto um direito e confere aos/às

trabalhadores/as do SUAS o papel de estimular reflexões que perpassam o cerne da produção e reprodução da vida em sociedade.

Este ciclo de oficinas pôde ofertar as seguranças sociais de acolhida e convívio afiançadas pelo SUAS e estimular o alcance de aquisições como o protagonismo e o empoderamento, além de ter potencializado o sentimento de pertença coletiva e da participação social.

Um dos grandes desafios para a efetivação do PAIF foi - e ainda é - o fortalecimento da participação popular. Romper com o formato de reuniões socioeducativas obrigatórias e implementar ações coletivas, trouxe, inicialmente, uma dificuldade em relação à adesão das famílias. Foi preciso, não apenas que as equipes apurassem seu conhecimento sobre as demandas do território, para propor intervenções que viessem de encontro com os interesses e as necessidades da população, mas também uma compreensão crítica acerca da formação sociopolítica do Brasil, visto que historicamente, a classe trabalhadora - em especial os grupos que compõem as chamadas “minorias”, esteve alijada dos processos decisórios, desde os tempos que antecederam a proclamação da República até o período da Ditadura Militar. O regime democrático é recente e, assim como nas demais esferas, a fragilidade dos espaços participativos também atinge a Assistência Social (PERES et al, 2015).

A implementação desta ação trouxe desdobramentos extremamente significativos para o trabalho profissional: no âmbito da dimensão técnico-operativa, desencadeou a ampliação das técnicas de intervenção utilizadas e, no que diz respeito à dimensão teórico-metodológica, estimulou o aprofundamento do debate sobre gênero nas ações do PAIF.

Abordar as relações de gênero no trabalho profissional, possibilitou a compreensão do quão imprescindível é também que a inserção do debate sobre diversidade sexual, raça-etnia, classe social, entre outros, ocorra de forma contínua e em todas as ações do CRAS. Para tal, as/os profissionais devem se apropriar destas temáticas ampliando seu aporte teórico e aproximando-se dos movimentos sociais.

Acreditamos que as experiências e iniciativas socializadas neste texto demonstram a potencialidade do trabalho profissional em consonância com os princípios fundamentais do Código de Ética e com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, ressignificação da prática através da utilização de instrumentos e recursos que propiciassem maior interação com a população e formas de linguagem/expressão acessíveis. Foi necessário, ainda, resistência política, pois, mesmo diante o contexto de crise do capital e retrocesso no campo dos direitos sociais, as assistentes sociais encontraram possibilidades para desenvolver ações que proporcionaram à população momentos de reflexão crítica e de fortalecimento para o enfrentamento coletivo das diversas expressões da questão social. Conforme lamamoto (2001, p.144),

[...] é nessa mesma dinâmica tensa da vida social que se ancoram as possibilidades e a esperança de efetivar e ampliar os direitos inerentes à condição de cidadania, assim como as possibilidades de universalização da democracia, irradiada para as múltiplas esferas e dimensões da sociabilidade dos sujeitos sociais.

Finalmente, é preciso apontar que ainda há um distanciamento entre a prática profissional e a produção acadêmica no que diz respeito à sistematização teórica da prática, fazendo-se necessário o resgate e a discussão articulada das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social por toda a categoria. É comum que as/os profissionais que atuam na “ponta” não se reconheçam em termos acadêmicos como o Trabalho Profissional, embora sejam protagonistas em sua materialização, assim como há dificuldade na produção de conhecimento acerca da prática. Embora haja uma rotina de registro das atividades desenvolvidas, sua sistematização na forma de textos científicos precisa ser estimulada, inclusive através do combate à precarização das condições de trabalho, que podem incidir na dificuldade de conciliação entre as demandas institucionais e profissionais.

REFERÊNCIAS

A COR Púrpura. Direção: Steven Spielberg. Roteiro: Menno Meyjes. Produção: Quincy Jonnes, Kathleen Kennedy, Frank Marshall, Steven Spielberg. 1985. (154 min)

AJUDA-ME, não sei se posso esperar até amanhã. 201-. (1'18 min) Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=aFTCV7gKKLo>>. Acesso em 18 Jan. 2018

ANTONIA, De volta pra casa. Direção: Luciano Moura, Tata Amaral, Roberto Moreira, Fabrizia Pinto e Gisele Barroco. Produção: Andrea Barata Ribeiro, Bel Berlinck e Fernando Meirelles e O2 Filmes. 2006. (12 min). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=F_HWAURAfEY> Acesso em 18 Jan. 2018

BRASIL. Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, volume 2. Brasília: MDS/SNAS, 2012.

CISNE, M. Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil. 2013. 408f. Tese (Doutorado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social. Disponível em <http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6406> Acesso em 12 Jan. 2018.

GUERRA, Y. A Dimensão técnico-operativa do exercício profissional. [s.l.:s.n.] [201-] Disponível em <<http://dns.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000563.pdf>> Acesso em 12 Jan. 2018.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5 ed. , São Paulo: Cortez, 2001.

MARQUES, E. M. D. Teatro do Oprimido e Educação Popular do Campo: articulações entre o pensamento e a obra de Paulo Freire e Augusto Boal com uma experiência em Minas Gerais. 2012. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em <<http://fae.uemg.br/dissertacoes/TD0027.pdf>> Acesso em 17 Jan. 2018.

O SONHO impossível? Roteiro: Tina Jorgenson. Desenho e Direção: Dagmar Doubkova. Editor: Magda Sandersova. Produzido por Studio J. Trnka Kratky Films, Praga (República Tcheca) em parceria com as Nações Unidas. 1983. (8'16 min) Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=dKSdDQqkmlM>> Acesso em 18 Jan. 2018

PERES, G. A. L. [et al.] (orgs.). Reordenamento institucional da política de assistência social do município de Franca: reflexões teórico-metodológicas para o trabalho cotidiano . São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2015.

SAFFIOTI, H.. I. B. Violência Doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, Márcia (org). Violência em debate. São Paulo: Moderna, 1997. p.39-57.

SANTOS, C. M. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. Revista Conexão Geraes, Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, n. 3, ano 2. 2º semestre de 2013. p.25-30. Disponível em <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/revista-3.pdf>> Acesso em 12 Jan. 2018.